



Leituras e escritas digitais

José Mário Aleluia Oliveira

Editora Zezo

Programa Alfa e Beto na Secretaria Municipal de Aracaju Já não é novidade que a Prefeitura Municipal de Aracaju adotou o Programa Alfa e Beto na sua rede de ensino como método de alfabetização e de padronização do que e como se deve ensinar e aprender do primeiro ao quarto ano do ensino fundamental. Primeiro é preciso estar atento ao fato de que o Programa consiste em um produto comercializado pelo Instituto Alfa e Beto – IAB e, portanto, custou aos cofres públicos mais de 2 milhões de reais. Entretanto, o atual prefeito João Alves Filho deveria ter realizado um estudo minucioso antes de contratar o serviço, para, obviamente, justificar a sua necessidade ou não. A única justificativa apresentada à população pelo Prefeito consiste em aumentar o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica das escolas. Entretanto, o IDEB na rede municipal de Aracaju passou, nas séries iniciais, de 2,9 em 2005 para 3,6 em 2011, apresentando, portanto, aumento na etapa que o programa pretende interferir. Deveria, ainda, realizar licitação pública e consultar a rede municipal de ensino (comunidade escolar em geral), entre

outras exigências legais. Nada disso foi feito pelo atual Prefeito e sua equipe. Neste sentido, a compra do Programa Alfa e Beto realiza tarefas que técnicos da Secretaria e profissionais do Magistério Municipal deveriam elaborar e executar, pois já são pagos para essas e outras funções. Além disso, foi desconsiderado o fato do município de Aracaju ter aderido, em 2010, ao Programa Nacional do Livro Didático – PNLD. Como consequência, os livros didáticos enviados pelo MEC – Ministério da Educação e pagos com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE foram descartados. Cabe aqui a pergunta ao contribuinte/cidadão: há leis democraticamente produzidas em nosso país ou o poder executivo pode passar por cima delas sem justificativas e a partir de seus interesses, como comum em ditadura? Ainda, precisamos nos indagar a respeito da autonomia das escolas públicas e da profissão professor, do "pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas", assegurados na Constituição Federal e legislação educacional brasileira. Todas elas funcionam para garantir a permanência e a qualidade da nossa

democracia e estão sendo desconsideradas, uma vez que os professores foram obrigados a implantar o Programa e os que assim não o fazem sofrem sanções administrativas e respondem à processos. Além disso, o Programa, sem dúvida, desconsidera os estudos realizados a partir de 1970 nos campos científicos da Educação, Linguística, Psicologia, entre outros. Estudos apontam para a necessidade, em qualquer método de alfabetização, em considerar a função social da leitura e da escrita; característica desconsiderada no Programa Alfa e Beto. É possível encontrar, ainda, outras análises que apontam as cartilhas do Programa como sexista, racista e preconceituosa. Portanto, qual o real interesse em contratar um serviço de dois milhões de reais? Quem realmente se beneficia com a contratação do serviço privado para a rede pública?

